Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

CADERNO DE ENCARGOS[1]

ÍNDICE

1ª. Objeto 2
2ª. Prazo do contrato 2
3ª. Obrigações principais do adjudicatário 2
4ª. Local e condições da prestação de serviços 3
5ª. Preço contratual 4
6ª. Revisão de Preços 5
7ª. Condições de pagamento 5
8ª. Proteção de dados pessoais 6
9ª. Penalidades contratuais 8
10ª. Dever de sigilo 8
11ª. Força maior 9
12ª. Resolução por parte da entidade adjudicante 10
13ª. Resolução por parte do adjudicatário 10
14ª. Foro competente 10
15ª. Subcontratação e cessão da posição contratual 10
16ª. Comunicações e notificações 10
17ª. Termos de desempenho ambientais 10
18ª. Execução do contrato 10
19ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato 10
20ª. Legislação aplicável 11
Anexo A – Lista de cuidados básicos e complementares a prestar 12

[1] *Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.*

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

Porto. Câmara Municipal

Cláusulas

1ª. Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de **veterinária para cuidados básicos e complementares a canídeos de trabalho integrantes no Serviço Especial de Fiscalização Ambiental.**

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo máximo de 27 (*vinte e sete*) meses** ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato entra em vigor no dia seguinte ao da data da sua assinatura.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato não pode iniciar a sua vigência e produzir quaisquer efeitos antes de 01/01/2023, exceto se o valor do contrato com a referência ADG/90/2020/DMC, atualmente em vigor, for consumido antes dessa data.
4. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
5. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
6. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

3ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
   a. Realizar os serviços identificados na sua proposta, consoante as necessidades, em conformidade com as especificações constantes no Anexo A deste Caderno de Encargos;
   b. Cumprir com a legislação em vigor aplicável aos serviços objeto do contrato.
2. Sempre que se verifique necessário, por razões de interesse público, incluir novas rúbricas de serviços na lista de serviços constante do Anexo A do presente Caderno de Encargos, cuja necessidade não

tenha sido possível prever aquando da formação do contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir com os serviços daí decorrentes.

3. A entidade adjudicante só procederá à inclusão de novos serviços, prevista no número anterior, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:

   a) Não seja ultrapassado o preço contratual;
   b) O somatório dos preços unitários dos serviços a incluir não ultrapasse 5% do somatório dos preços unitários inicialmente contratualizados nem o valor que resultar da multiplicação dos preços unitários pelas respetivas quantidades ultrapasse os 5.000,00€;
   c) A inclusão de novos serviços não se traduza numa alteração das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato;
   d) Obtidas pelo menos três cotações de preço na sequência de consulta a efetuar a outros operadores económicos, e se verifique que o(s) preço(s) unitário(s) apresentado(s) pelo adjudicatário é(são) o(s) mais baixo(s).

4. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência, para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.

6. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

7. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

4ª. Local e condições da prestação de serviços

1. Os serviços serão executados no Centro de Recolha Oficial de Animais do Porto (CROA), sito na Travessa Águas Férreas de Campanhã, Porto, ou nas instalações do adjudicatário, em qualquer dia da semana e a qualquer hora do dia, mediante as necessidades que venham a ser identificadas pela entidade adjudicante, ao longo do período de vigência do contrato, estimando-se as quantidades insertas no Anexo A ao presente caderno de encargos.

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

2. A entidade adjudicante não se obriga a consumir as quantidades totais de serviços identificadas no Anexo A, não assistindo ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelas quantidades de serviços não prestados.
3. Entenda-se como **cuidados básicos**, todo o plano de vacinação e desparasitação, consultas, exames e curativos.
4. Entenda-se como **cuidados complementares**, alguma cirurgia que seja necessária, assim como respetivo internamento e custos inerentes aos mesmos.
5. O adjudicatário deve entregar até **ao 10.º dia de cada mês**, um relatório de acompanhamento mensal das intervenções efetuadas no mês transato, no qual deve constar a seguinte informação:
    a. Identificação do canídeo;
    b. Serviços prestados com discriminação das quantidades, preço unitário e valor de IVA a aplicar.
6. Todos os relatórios deverão ser **validados pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 5 dias após a sua entrega**.
7. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
8. O adjudicatário dispõe de **um prazo máximo de 4 dias**, a contar da comunicação efetuada pela entidade adjudicante, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias.
9. Todos os documentos, nomeadamente os relatórios as receitas e outros documentos, devem ser entregues, em suporte digital (Excel e Pdf.), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito.
10. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

5ª. Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário **os preços unitários constantes da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivas, acrescido de outros elementos que compõem a fatura a pagar ao adjudicatário e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, **não pode, em qualquer caso, ser superior a 11.216,30 €, que constitui o respetivo preço contratual,** no prazo máximo de vigência admitido (valores sem IVA).

3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

6ª. Revisão de Preços

1. No fim de cada ano de vigência do contrato poderá haver lugar à revisão de preços, a qual traduzirá a variação média do Índice de Preços no Consumidor, excluindo habitação[2], publicado[3] à data términus de cada ano de vigência.
2. A revisão de preços fica, porém, condicionada à comunicação escrita do adjudicatário à entidade adjudicante, com uma antecedência mínima de 30 dias do termo de cada ano de vigência do contrato, entrando em vigor, se aceite pela entidade adjudicante, no primeiro mês de cada ano de vigência.
3. Caso a sobredita comunicação não seja efetuada com a antecedência prevista no número anterior, a mesma revisão, se aceite, entra em vigor no mês seguinte a contar da data da receção da referida comunicação pela entidade adjudicante.
4. Em tudo quanto for omisso no presente caderno de encargos relativamente ao direito à revisão de preços observar-se-á o disposto no regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços, aprovado pelo Decreto-lei n.º6/2004, de 6 de janeiro, na redação atual[4].

7ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA[5] e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA[6], aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. Para efeitos do número anterior a obrigação considera-se vencida **mensalmente**, após a validação pela entidade adjudicante do relatório mensal, nos termos do definido no n.º 5 da clausula 4.ª do presente caderno de encargos.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

---

[2] *Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média dos últimos 12 meses - Base 2012 - %) por Localização geográfica e Agregados especiais; Mensal.*
[3] *In Portal do INE.*
[4] *Alterado pelo Decreto-Lei n.º73/2021 de 18 de agosto.*
[5] *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.*
[6] *Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.*

4. As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 PORTO – Polícia Municipal**, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.

5. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

6. Nos termos do artigo 9.º n.ºs 3 e 4 do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no referido artigo 299.º-B do CCP, prazo esse alargado até 31 de dezembro de 2022 para as micro, pequenas e médias empresas[7] definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.

7. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido à faturação eletrónica[8], nos termos e prazos definidos no número anterior, as faturas devem ser enviadas digitalmente, para o seguinte endereço de correio eletrónico: mporto@cm-porto.pt

8. Excecionalmente, caso não seja possível a utilização de correio eletrónico, as faturas poderão ser enviadas para o seguinte endereço postal: Apartado 4053, 4000-101 Porto.

9. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.

10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4, as faturas são pagas através de transferência bancária.

8ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
   a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
   b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
   c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente

[7] *De acordo com o artigo 2º da Recomendação nº 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros; na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; e na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.*

[8] *Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos seus fornecedores, o Município do Porto contratualizou um serviço de apoio, que poderá ser solicitado através do seguinte endereço de correio eletrónico: fornecedores.saphety@saphtey.com*

previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);

d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
    i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
    ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
    iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
    iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

9ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 10% do preço contratual.
2. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 8 da presente cláusula.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
4. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
8. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista do n.º 2 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

10ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

11ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
   a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
   e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

12ª.Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

13ª.Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

14ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

15ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo adjudicatário depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do CCP.

16ª.Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

17ª.Termos de desempenho ambientais

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

18ª. Execução do contrato

Os serviços serão executados mediante requisição da entidade adjudicante.

19ª.Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega:
   a. A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos.
   b. A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas 3.ª, 4.ª e com o Anexo A do presente caderno de encargos.

20ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

Anexo A – Lista de cuidados básicos e complementares a prestar

Os preços unitários de referência indicados são meramente indicativos, não sendo considerados valores mínimos ou máximos. No entanto a soma dos preços unitários propostos não poderá exceder o valor de **11.216,30€**, sob pena de exclusão da proposta.

1. Cuidados básicos e complementares previstos e obrigatórios

Designação	Quantidades Estimadas	Preço unitário de referência s/ iva
Vacinação - Canideo "Baelor"		
Vacina Antirrábica 2023	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2023	1	10,71 €
Administração de Vacina 2023	1	11,61 €
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2[9] 2024	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	10,16 €
Administração das Vacinas 2024	1	7,74 €
Vacinação - Canideo "Delta"		
Vacina Antirrábica 2023	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2023	1	10,71 €
Administração de Vacina 2023	1	11,61 €
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2 2024	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	10,16 €
Administração de Vacinas 2024	1	7,74 €
Vacinação - Canideo "Kratos"		
Vacina Antirrábica 2023	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2023	1	10,71 €
Administração de Vacina 2023	1	11,61 €
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2 2024	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	10,16 €
Administração de Vacinas 2024	1	7,74 €
Vacinação - Canideo "Ryder"		
Vacina Antirrábica 2023	1	12,03 €

[9] *esgana canina (CDV), hepatite infeciosa canina causada pelo adenovírus canino tipo 1 (ICH), parvovírus canino (CPV) e doença respiratória causada pela parainfluenza canina (CPi) e adenovírus canino tipo 2 (CAV2)*

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

Vacina Contra a leptospirose 2023	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2023	1	10,71 €
Administração de Vacina 2023	1	11,61 €
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2 2024	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	10,16 €
Administração de Vacinas 2024	1	7,74 €
Vacinação - Canideo "Alpha"		
Vacina Antirrábica 2023	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2023	1	10,71 €
Administração de Vacina 2023	1	11,61 €
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2 2024	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	10,16 €
Administração de Vacinas 2024	1	7,74 €
Vacinação - Canideo "Douro"		
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2 2023	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	10,16 €
Administração de Vacinas 2023	1	7,74 €
Vacina Antirrábica 2024	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2024	1	10,71 €
Administração de Vacina 2024	1	11,61 €
Vacinação - Canideo "Invicta"		
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	15,24 €
Administração de Vacina 2023	1	11,61 €
Vacina Antirrábica 2024	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2024	1	10,71 €
Administração de Vacina 2024	1	11,61 €
Vacinação - Canideo "Nina"		
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2 2023	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	10,16 €
Administração de Vacinas 2023	1	7,74 €
Vacina Antirrábica 2024	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2024	1	10,71 €
Administração de Vacina 2024	1	11,61 €
Vacinação - Canideo "Bina"		
Vacina contra CDV, ICH, CPV, CPi, CAV 2 2023	1	10,16 €
Vacina Contra a leptospirose 2023	1	10,16 €

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

Administração de Vacinas 2023	1	7,74 €
Vacina Antirrábica 2024	1	12,03 €
Vacina Contra a leptospirose 2024	1	15,24 €
Aplicação de Vacina Adicional 2024	1	10,71 €
Administração de Vacina 2024	1	11,61 €
Desparasitação		
Desparasitação interna	144	5,93 €
Desparasitação externa	72	29,19 €
Rastreio Displasia Anca e Cotovelo	4	115,76 €
Valor total estimado		**4.116,28€**

2. Cuidados básicos e complementares inopinados e derivados das funções laborais

Designação	Quantidades Estimadas	Preço unitário de referência s/ iva
Consulta Geral	15	27,64 €
Consulta Seguimento Geral	5	17,93 €
Consulta Urgência		
Consulta Geral	5	27,64 €
Taxa de Urgência	5	22,74 €
Consulta de Medicina Interna	5	51,97 €
Consulta Medicina Interna De Seguimento	5	24,26 €
Dermatologia Consulta Especialidade	3	55,98 €
Consulta Dermatologia Seguimento	3	24,26 €
Consulta Oncologia	2	51,97 €
Consulta Oncologia Seguimento	2	24,26 €
Ecografia Abdominal	10	50,52 €
Ecocardiografia	5	75,33 €
RX	5	31,93 €
RX Adicional	5	19,83 €
Tomografia Axial Computorizada com Contraste 20Kg a 40Kg		
Iohexol 300mg	160	2,00 €
Isoflurano/Sevoflurano TAC	2	68,96 €
TAC	2	125,77 €
Tomografia Computorizada -Taxa de Urgência Report	2	53,07 €
OVGP Broncoscopia 20-30 kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC003605	1	85,80 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC003605	1	154,55 €

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

OVGP Broncoscopia 30-40 kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC003606	2	90,61 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC003606	2	164,71 €
OVGP Gastroscopia 20-30 kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC003625	1	90,61 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC003625	1	164,71 €
OVGP Gastroscopia 30-40 kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC003626	2	96,23 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC003626	2	174,15 €
OVGP Colonoscopia 20-30 kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC003611	1	90,61 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC003611	1	164,71 €
OVGP Colonoscopia 30-40 kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC003612	2	96,23 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC003612	2	174,15 €
Pre-medicaçao e induçao anestésica 20-30 Kg		
Dexmedetomidina 0,5mg/ml	1	9,62 €
Robenacoxib 20mg/ml Inj	7,5	4,01 €
Propofol Lipuro 2%	10	1,20 €
Metadona 10mg/ml	3	4,01 €
Injectável Internamento	10	1,97 €
Pre-medicaçao e induçao anestésica 30-40 Kg		
Dexmedetomidina 0,5mg/ml	2	9,62 €
Robenacoxib 20mg/ml Inj	10	4,01 €
Propofol Lipuro 2%	20	1,20 €
Metadona 10mg/ml	6	4,01 €
Injectável Internamento	10	1,97 €
Internamento Cão 20-39kg c/Bomba Infusora		
Internamento Cão 20-39kg	1	22,01 €
Taxa de consumiveis/dia	1	5,60 €
Taxa de residuos biológicos[10]	1	2,11 €
Setup Lr Introcan Rosa		
Soro Lactato (cloreto de sódio+cloreto de potássio+cloreto de cálcio+lactato de sódio) 1000ml	1	8,02 €
Cateter intravenoso G20X1/4 Rosa	1	4,15 €
Sistema Soro Intrafix Primeline	1	3,46 €

[10] *Este elemento não se encontra submetido à concorrência por ser regulado por entidades terceiras.*

Direção Municipal de Recursos Financeiros
Rua do Bolhão, 162 – 6.
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 293

Cateterização Fluidoterapia IV	1	4,98 €
Laceracao Cutanea Complexo Cao20-40Kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC002704	1	90,93 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC002704	1	174,39 €
Ovariohisterectomia Cao20-40Kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC002204	1	62,79 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC002204	1	122,14 €
Orquiectomia Cao20-40Kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC002186	1	57,33 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC002186	1	111,61 €
Laparotomia Exploratoria Cao20-40Kg		
Isoflurano/Sevoflurano PC000885	1	77,22 €
Técnica Anestésica e Cirúrgica PC000885	1	148,13 €
Painel Analitico Geral		
FDC COMPHE S 72 1	2	26,26 €
Hemograma	2	15,96 €
Painel pré cirurgico		
Painel Pré-Cirúrgico	2	24,19 €
Hemograma	2	15,96 €
Valor total estimado		**7 100,02 €**